

Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique

a propósito do lançamento de três livros do IESE

Carlos Nuno Castel-Branco

Cadernos IESE N.º 3

“Cadernos IESE”
Edição do Conselho Científico do IESE

A Coleção *“Cadernos IESE”* publica artigos de investigadores permanentes e associados do IESE no quadro geral dos projectos de investigação do Instituto.

Esta colecção substitui as anteriores Colecções de *Working Papers e Discussion Papers* do IESE, que foram descontinuadas a partir de 2010.

As opiniões expressas através dos artigos publicados nesta Colecção são da responsabilidade dos seus autores e não reflectem nenhuma posição formal e institucional do IESE sobre os temas tratados.

Os Cadernos IESE podem ser descarregados gratuitamente em versão electrónica a partir do endereço www.iese.ac.mz.

“Cadernos IESE”
Edited by IESE’s Scientific Council

The Collection *“Cadernos IESE”* publishes papers, written by IESE’s permanent and associated researchers, and which report on issues that fall within the broad umbrella of IESE’s research programme.

This collection replaces the previous two collections, *Working Papers* and *Discussion Papers*, which have been discontinued from 2010.

The individual authors of each paper published as *“Caderno IESE”* bear full responsibility for the content of their papers, which may not represent IESE’s opinion on the matter.

“Cadernos IESE” can be downloaded in electronic format, free of charge, from IESE’s website www.iese.ac.mz.

Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique

a propósito do lançamento de três livros do IESE

Carlos Nuno Castel-Branco

Cadernos IESE nº 3/2010

Carlos Nuno Castel-Branco é Doutorado em economia pela Universidade de Londres. No IESE, é o Director Executivo e é Coordenador do Grupo de Investigação de Economia e Desenvolvimento. Na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, é Professor Associado em Desenvolvimento Económico e Industrial.

Agradecimentos: o autor agradece a Luís de Brito, Virgílio Cambaza, Zaqueo Sande, Rogério Ossemame, Oksana Mandlate e Hélder Ossemame pelos comentários.

Setembro de 2010

Título: Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique
a propósito do lançamento de três livros do IESE

Autor: Carlos Nuno Castel-Branco

Copyright © IESE, 2010

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Av. Patrice Lumumba 178

Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 328894 | Fax: +258 21 328895

Email: iese@iese.ac.mz

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação para fins comerciais.

Execução gráfica: Zowona - Comunicação e Eventos

Impressão e Acabamentos: Norprint

Produção Executiva: Marimbique - Conteúdos e Publicações, Lda.

Tiragem: 250 exemplares

ISBN 978-989-96147-9-6

Número de Registo: 6652/RLINLD/10

Palavras-chave: Pobreza, Dependência, Desigualdade,
Moçambique

Sumário

Em Moçambique, o debate social em torno do “combate à pobreza” é marcado por diferentes abordagens. Algumas abordagens enfatizam as fraquezas estruturais que tornam alguns indivíduos mais vulneráveis no mercado (deficiente capital humano individual). Outras concentram-se na inadequação das instituições (corrupção, neo-patrimonialismo do Estado, desigualdade do género e feminização da pobreza, insuficiente ou inadequada democracia e limitada descentralização). Finalmente, há abordagens com enfoque na limitação dos recursos disponíveis (tamanho da economia, nível de poupança e magnitude da taxa de crescimento destas variáveis). O discurso político oficial põe o enfoque do combate à pobreza no crescimento económico e na transformação da mentalidade, ou cultura, dos pobres (preguiça, inveja, falta de auto-estima, receio de ser rico, e assim por diante).

Fazendo uma análise crítica dos pressupostos e modelos de análise da pobreza, este artigo argumenta que pobreza, desigualdade e vulnerabilidade são melhor entendidos se o seu estudo estiver relacionado com a análise dos padrões e dinâmicas de acumulação e reprodução social, e informado pela análise da relação entre agentes e ligações ou pressões económicas. Por outras palavras, mais importante do que medir a taxa de variação da riqueza e da pobreza é compreender as suas dinâmicas sociais, económicas e políticas.

Introdução

Em Moçambique, o debate social em torno do “combate à pobreza” é marcado por diferentes abordagens. Algumas abordagens enfatizam as fraquezas estruturais que tornam alguns indivíduos mais vulneráveis no mercado (deficiente capital humano individual). Outras concentram-se na inadequação das instituições (corrupção, neo-patrimonialismo do Estado, desigualdade do género e feminização da pobreza, insuficiente ou inadequada democracia e limitada descentralização). Finalmente, há abordagens com enfoque na limitação dos recursos disponíveis (tamanho da economia, nível de poupança e magnitude da taxa de crescimento destas variáveis) [Castel-Branco (2010a), Francisco e Amarcy (2008), Wuyts (2004)].

O discurso político oficial põe o enfoque do combate à pobreza no crescimento económico e na transformação da mentalidade, ou cultura, dos pobres (preguiça, inveja, falta de auto-estima, receio de ser rico, e assim por diante), criticando a cultura de pobreza, elogiando a cultura do empreendedorismo individual dos ricos e as taxas de crescimento económico, e afirmando o imperativo social de promover o enriquecimento individual como pré-condição para combater a pobreza nacional [(Brito (2010), Chichava (2010 e 2009)].

Estas abordagens consideram a pobreza como um “estado de coisas”, ou um “produto”, que resulta de conjuntos de “insumos” mais ou menos bem definidos (cultura, estruturas produtivas, instituições ou recursos). Dependendo da ênfase dada por cada uma destas abordagens, a pobreza combate-se fornecendo o “insumo” em falta, seja ele a cultura de riqueza para substituir a cultura miserabilista dos pobres; educação e saúde para elevar o capital individual e o valor do indivíduo no mercado; estruturas produtivas pró pobre [sejam elas “o mercado” ou “um sector” (geralmente a agricultura) ou “uma forma de organização produtiva” (geralmente familiar ou a micro e pequena empresa), vagamente discutidas]; ou a igualdade de género e outras instituições democráticas pertencentes ao pacote de boa governação.

Este artigo pretende argumentar que pobreza, desigualdade e vulnerabilidade são melhor entendidos se o seu estudo estiver relacionado com a análise dos padrões e dinâmicas de acumulação e reprodução social, e informado pela análise da relação entre agentes e ligações ou pressões económicas. Por outras palavras, mais importante do que medir a taxa de variação da riqueza e da pobreza é compreender as suas dinâmicas sociais, económicas e políticas.

Por estudo dos “padrões” e “dinâmicas” de acumulação económica e de pobreza entendemos a análise das características económicas, sociais e políticas das tendências de crescimento, reprodução, diferenciação e distribuição económica e social em condições históricas específicas, tomando em conta as relações dinâmicas entre os agentes (seus interesses, relações, organização e capacidades) e as pressões, desafios e ligações económicas e sociais com as quais eles se relacionam. Este estudo requer a análise das estruturas (o que é

produzido, quanto, como, com que grau de interligação e como é distribuído) e instituições (políticas, sistemas políticos e organizações políticas, participação dos cidadãos na vida política e na governação, etc.), e de como é que as estruturas, instituições e agentes económicos e políticos se relacionam e interligam. Por outras palavras, interessa-nos não só ter listas de dados estatísticos, geralmente desconexos, sobre produção, comércio, investimento, pobreza, receitas, despesas, défices, etc., mas sobretudo interessa-nos perceber como é que os processos quantitativamente descritos se podem interpretar e conjugar consistentemente e que dinâmicas sociais, económicas e políticas emergem desses processos.

Portanto, pobreza, desigualdade, vulnerabilidade, protecção social, estruturas de produção, comércio e investimento, dinâmicas fiscais e da balança de pagamentos, dinâmicas e instituições políticas, e relações de poder entre agentes estão todos relacionadas entre si. De que forma e com que magnitude estas relações são estabelecidas, são questões parcialmente tratadas em três livros recentemente publicados pelo IESE, mas também são questões que têm que ser objecto de contínua investigação e crítica pois a realidade política, económica e social vai mudando, assim como vão mudando as percepções e métodos de análise.

Modelos de pobreza e combate à pobreza – discussão crítica

Os conflitos e as intercepções destes tipos de abordagens criam dinâmicas interactivas em torno de modelos de causalidade geralmente não demonstrada e frequentemente contraditória, mas que dominam o debate sobre políticas públicas. Tomemos os três exemplos mais gerais e comuns de tais tipos de modelos: a relação entre pobreza, crescimento e desigualdade; a relação entre pobreza e estruturas económicas pró pobre; e a relação entre pobreza e a cultura miserabilista dos pobres.

Pobreza, crescimento e desigualdade

No primeiro tipo de modelo, *pobreza é explicada por duas variáveis a saber, crescimento económico e desigualdade*, sendo directamente relacionada com desigualdade e inversamente com crescimento. As duas variáveis explicativas, *crescimento e desigualdade*, são dadas, isto é, a explicação de desigualdade e de crescimento económico, bem como a discussão de qualquer possível relação entre ambas, encontram-se fora do modelo. Portanto, dada a taxa de crescimento, a redução da pobreza depende da redução da desigualdade (quer dizer, no seu extremo, desde que a desigualdade reduza a pobreza diminui, ainda que não haja crescimento económico). Dada a desigualdade, a pobreza pode reduzir desde que o

crescimento económico seja acelerado (quer dizer, no seu extremo, ainda que desigualdade aumente, desde que a taxa de crescimento económico seja acelerada acima da taxa de crescimento da desigualdade, a pobreza reduz) [Francisco e Amarcy (2008), Francisco e Ali (2008), Wuyts (2004)].

Modelos mais lineares e menos sofisticados desta abordagem prevêm que a aceleração do crescimento económico em fases iniciais de acumulação de capital implica o aumento da desigualdade. Isto acontece porque nesta fase inicial de *arranque da economia* é necessário aumentar a taxa de poupança o que requer, entre outros factores, a concentração do rendimento uma vez que a poupança seja definida como uma função do rendimento [Kaldor (1967, 1961 e 1957)]. Estes modelos não discutem os processos políticos e sociais e as condições históricas concretas que criam e permitem (ou não) sustentar as dinâmicas de crescimento económico e da desigualdade dado que os modelos entendem que aceleração começa com acumulação de recursos (neste caso, poupança) e que esta acumulação de recursos é tecnicamente dada (isto é, depende, numa certa magnitude empírica, da concentração do rendimento).

As relações estabelecidas nesta classe de modelos parecem lógicas e relevantes mas são simplistas e historicamente inadequadas. Por um lado, ao assumirem as variáveis “*desigualdade*” e “*crescimento*” como dadas (determinadas fora do modelo), os modelos geram três problemas: (i) perdem contexto histórico e sentido económico e social, transformando “*pobreza*”, “*desigualdade*” e “*crescimento*” numa simples estatística; (ii) perdem precisão analítica porque não conseguem compreender nem definir “*pobreza*”, “*desigualdade*” e “*crescimento*” no seu contexto histórico e socioeconómico específico de diferenciação e reprodução social e económica; e (iii) perdem capacidade de previsão ou geram previsões absurdas.

Por outro lado, assumindo “*desigualdade*” como o único (ou fundamental) factor a determinar a “*comunicação*” (ou a “*taxa de câmbio*”) entre crescimento económico e pobreza, estes modelos implicitamente requerem uma economia fechada em que, dada a taxa de crescimento económico, desigualdade explica a distribuição do rendimento e, portanto, a pobreza. Em economia aberta, os termos de troca internacionais e as transferências entre economias, empresas e cidadãos afectam as dinâmicas da produção, da distribuição e da pobreza. Aliás, Moçambique é um bom exemplo deste problema. Os elevados índices de ajuda externa (mais de 20% do PIB, financiando mais do que 50% da despesa pública e do défice da conta corrente), a entrada das transferências privadas de cidadãos não residentes (US\$ 82 milhões em 2008), os fluxos de investimento privado externo (15 vezes superiores aos do investimento directo nacional em 2008) concentrados nos recursos minerais, energéticos e florestais (cerca de 50% do investimento privado nos últimos 18 anos, e cerca de dois terços do investimento privado nos últimos cinco anos), e a saída dos rendimentos dos grandes projectos minerais e energéticos (US\$ 680 milhões em 2008), jogam um papel fundamental na explicação do crescimento económico, da diferenciação e desigualdade, da distribuição do rendimento, dos níveis de consumo, da sustentabilidade macroeconómica e do espaço fiscal para financiar a diversificação e articulação da economia e a segurança social [Castel-Branco (2010b)].

Finalmente, a associação estabelecida entre fases iniciais de acumulação e o aumento da desigualdade (por causa da necessidade de aumentar a taxa de poupança para acelerar crescimento económico) nega a experiência histórica de formação do capitalismo na fase de acumulação primitiva. Tanto no caso das economias hoje consideradas desenvolvidas, como no caso de Moçambique e outras economias menos desenvolvidas, a experiência histórica mostra que o processo de acumulação primitiva depende da associação entre o Estado e as forças emergentes da burguesia capitalista para reestruturar a propriedade, o controlo dos recursos e as relações de produção [Marx (1983), Fine and Saad-Filho (2010), Dobb (2007 e 1963), Castel-Branco (2010b)]. A reestruturação da propriedade, controlo dos recursos e organização social da produção formam o engenho de mudança e aceleração. Portanto, o aumento da desigualdade é o produto de luta política, económica e social pela organização da produção e controlo da riqueza gerada, e não a causa, tecnicamente dada, da aceleração do crescimento nem, em si, a causa da pobreza. A relação entre riqueza e pobreza é dada pelo controlo do trabalho e dos seus frutos e pela luta política em torno desse controlo, sendo “desigualdade” e “pobreza” definições sociais, económicas e políticas de manifestações dessa luta política e das tensões e conflitos que ela gera.

Crescimento pró pobre

No segundo tipo de abordagem, *o nível de pobreza é relacionado com a eficácia pró pobre (mais igualitária) da estrutura do crescimento económico e da distribuição*. Portanto, esta classe de modelos pretende introduzir mais detalhe no estudo da relação entre crescimento e pobreza ao assumir que “*desigualdade*” é inerente ao tipo de estratégia económica e padrão de crescimento, isto é, é um fenómeno social interno ao modelo (definido pelo conteúdo da estratégia). Comumente, este tipo de modelo assume que as estratégias mais eficazes para reduzir pobreza são as que se concentram no investimento em capital humano e infra-estruturas associadas (educação e saúde, escolas, centros de saúde, rede sanitária, entre outras) e no desenvolvimento agrário e rural com ênfase nos pequenos produtores [Stewart (1992a e 1992b), Benfica (2003 e 1998)].

Apesar do seu contributo para relacionar desigualdade com a natureza das opções e estratégias de desenvolvimento, as abordagens do crescimento pró pobre são, tal como as do primeiro tipo de modelos discutido, simplistas e inadequadas historicamente. Por um lado, assumem que um vasto leque de opções de política está disponível, de onde podem ser feitas escolhas com relativa facilidade e neutralidade, independentemente das relações dinâmicas entre agentes (seus interesses e capacidades de os articular politicamente), as ligações e pressões económicas e políticas (influenciadas pelos agentes e que exercem influência sobre eles) e as condições históricas concretas (domésticas e internacionais). Por outro lado, estas abordagens requerem um Estado capaz de fazer estas escolhas, mas não conseguem ou não se preocupam em explicar de onde vêm e como se articulam e impõem os objectivos económicos e sociais de tal Estado. Portanto, o Estado, determinante na abordagem pró pobre,

é assumido como externo ao modelo. Finalmente, olham a economia a partir de fragmentos isolados (por sectores, actividades, grau de formalidade, regiões ou grupos sociais), pelo que não conseguem compreender nem captar: as dinâmicas de diferenciação económica, social e política e o seu impacto nas opções, conflitos e possibilidades de desenvolvimento; a subordinação formal e informal de diferentes actividades e formas de organização e integração dos mercados nos sistemas de acumulação, distribuição e reprodução; a unidade e as tensões e conflitos entre diferentes ligações e relações económicas e sociais fundamentais (entre a cidade e o campo, a agricultura e a indústria, a grande e a pequena empresa, o emprego e o auto-emprego formais e informais, a economia real e as finanças, a formalidade e a informalidade). Um dos reflexos destas tensões analíticas é o preconceito de que uma estratégia focada na agricultura e desenvolvimento rural é, por natureza (não por desenho), mais igualitária ou pró pobre do que qualquer outra, independentemente das dinâmicas reais de investimento, produção, comércio e distribuição e dos sistemas de reprodução social que existem e estruturam a agricultura, incluindo o acesso à terra, água, insumos, trabalho e mercados [Cramer, Oya and Sender (2008), Castel-Branco (2008)].

Mentalidade miserabilista

Finalmente, o discurso político oficial actual desenvolveu o argumento de que a pobreza é um problema de mentalidade e cultura – está na mente dos pobres e na maneira de viver que eles adoptam. Isto é, os pobres são materialmente pobres porque sofrem de pobreza mental [Brito (2010), Chichava (2010 e 2009)].

Este tipo de discurso tem várias vantagens para o capital nacional em fase de acumulação primitiva acelerada, pelo que não é de estranhar que seja propagado intensamente pelo *establishment* político nacional. Primeiro, “pobreza” adquire o estatuto e dimensão de recurso natural privilegiado na medida em que mobiliza, em ajuda externa para o Estado, 12 vezes mais recursos do que as contribuições fiscais das empresas multinacionais que exploram os “outros” recursos naturais e energéticos do país [Castel-Branco (2010b), DNEAP (2009), Selemane (2009)]. Portanto, a acumulação primitiva das classes capitalistas nacionais pode ser acelerada e as taxas de lucro líquido das empresas multinacionais podem ser aumentadas porque o recurso “pobreza” gera a ajuda externa necessária para financiar o Estado. Em outras palavras, a “pobreza” financia a acumulação de capital ou, para por a mesma questão de outro modo, o Estado subsidia o capitalismo nacional e internacional usando “pobreza” como meio de troca.

Como é evidente, se “pobreza” é um substituto para receitas fiscais dos recursos naturais, então o Estado pode subsidiar multinacionais mas já não pode subsidiar o pão, o transporte, os meios energéticos, a água, etc.. Como afirmou recentemente um membro do Governo moçambicano, “...46 milhões de dólares de subsídio indirecto ao pão equivalem a 10 escolas secundárias.” [O País 06-09-2010: pp. 6]. No entanto, só em 2008, duas multinacionais

operando nas indústrias de alumínio e gás natural retiveram e transferiram da economia nacional US\$ 680 milhões, em grande medida por causa dos incentivos fiscais de que beneficiam. No mesmo período, para além das ligações com fornecedores internos, a soma dos contributos fiscais e dos gastos em “responsabilidade social” destas multinacionais em Moçambique foram inferiores a 4% do valor das suas vendas totais. Adicionalmente, apesar de serem extensivas e intensivas no uso de terras e outros factores de produção (como energia), estas e outras grandes empresas comerciais multinacionais pagam taxas pela terra e pelos factores tão baixas que o contributo de taxas e impostos de superfície e factores para as receitas do estado é próximo de zero [Castel-Branco (2010b), DNEAP (2009)].

Se estas multinacionais fossem tributadas ao nível médio das pequenas e médias empresas nacionais e pagassem taxas de uso e aproveitamento da terra e de energia mais consistentes com padrões internacionais, com o nível e tipo de procura e com o custo de oportunidade dos factores usados, o Estado poderia ter obtido acima de US\$ 320 milhões adicionais em receitas só em 2008. Recorrendo ao exemplo dado pelo membro do Governo citado em *O País*, quantas escolas secundárias não são construídas anualmente por causa dos subsídios redundantes [Bolnick (2009), Bucuane e Mulder (2007a), Byiers (2009), Castel-Branco (2010b)] dados, sem pestanejar, ao capital multinacional? Cerca de 80 escolas, se for tomado em conta o valor dos incentivos fiscais em 2008. Como o valor dos incentivos depende do valor tributável da actividade, em 2010 o valor de subsídios recebidos por multinacionais (por via de incentivos fiscais e de baixas taxas de terra e outros factores) aproxima-se do equivalente a 100 escolas secundárias, pois a actividade das empresas já estabelecidas em 2008 aumentou, mas novas empresas entraram, entretanto, em laboração. Por que é possível “oferecer” 100 escolas secundárias de subsídio ao capital multinacional, anualmente, mas não é possível subsidiar o pão com 10 escolas secundárias? Se as multinacionais deixassem de ser tão irracionalmente subsidiadas, o saldo seria que o Estado, mesmo subsidiando o pão, poderia construir 90 escolas secundárias adicionais por ano (evidentemente, este artigo não está a argumentar a favor de se construírem 90 escolas secundárias adicionais por ano; está apenas a explorar o exemplo dado pelo membro do Governo citado em *O País*).

Segundo, pobreza torna-se assunto pessoal e deixa de ser fenómeno social, uma vez que a pessoa pobre é a culpada da sua própria pobreza. Logo, pobreza nunca é equacionada do ponto de vista de padrão de acumulação – será que acelerar o crescimento económico com base na exportação em bruto de recursos naturais e na construção de infra-estruturas de apoio à economia extractiva, associado com incentivos fiscais enormes e redundantes, não é uma das premissas que gera mais pobreza (e mais riqueza ao mesmo tempo), que aumenta os preços dos bens básicos de consumo, que reduz as oportunidades e opções para o desenvolvimento articulado e diversificado do País? [Bucuane and Mulder (2007b), Castel-Branco (2010b), Selemane (2009)] Esta pergunta não é colocada porque pobreza é entendida como um problema mental e não de economia. Portanto, os padrões de acumulação capitalista não entram na equação da pobreza. Melhor ainda, a crítica a esses padrões económicos é entendida como sinónimo de inveja resultante da mentalidade miserabilista [Brito (2010)]. Todo o poder ao capital privado multinacional (e oligarquias nacionais a ele associada), e uma parcela da ajuda externa para os pobres, parece ser a receita oficial do momento.

Terceiro, pobreza, cuja “venda” permite ganhar “ajuda externa”, transforma-se num instrumento para manter o poder. Com base na aplicação da ajuda externa em serviços públicos e na distribuição de dinheiro para projectos individuais em nome da distritização, é construído o mito de que o poder estabelecido está virado para as preocupações e necessidades do povo e mobiliza os recursos necessários para responder às aspirações populares. Se este mito não fosse apenas mito, o poder estabelecido estaria preocupado em reter no Estado e nas comunidades locais (territorialmente definidas) o máximo possível de riqueza produzida em Moçambique reduzindo a porosidade da economia. Este objectivo poderia ser alcançado com a tributação do capital e dos recursos naturais e com a aplicação desses recursos na articulação e diversificação da actividade económica.

No entanto, a acumulação privada das classes capitalistas nacionais emergentes, num quadro de economia extractiva, depende de rendas obtidas através do acesso a recursos naturais e tráfico de influências em relação ao processo de decisão política. Em outras palavras, o que os capitalistas nacionais têm para oferecer ao capital estrangeiro, que justifique a sua integração nas sociedades corporativas e o seu acesso a rendas, são os recursos naturais e a influência ou controlo sobre as instituições políticas [Nhachote (2010), Castel-Branco (2010b)].

As rendas poderiam ser apropriadas pelo Estado (através dos impostos, royalties, taxas sobre a terra e outros factores, como a energia eléctrica, entre outros) e aplicadas, através do investimento público, na construção da base logística, serviços, infra-estruturas, facilidades de formação e treino profissional e outras condições necessárias para a expansão diversificada e articulada da base produtiva nacional e para o fornecimento de serviços sociais públicos de qualidade para os cidadãos em geral. Se fosse este o caso, seria o Estado a negociar os recursos naturais de acordo com uma estratégia mais geral de desenvolvimento nacional, e seria o Estado a assegurar a participação nacional nas sociedades e corporações, obtendo daí quatro vantagens: (i) a exploração estratégica e coordenada dos recursos de acordo com uma perspectiva mais ampla e de longo prazo, inter-temporal e inter-geracional; (ii) a maximização de dividendos e receitas fiscais, royalties e outras; (iii) a maximização das receitas de aplicação de capitais do Estado; e (iv) a acumulação de recursos para financiar a diversificação e articulação da economia. Esta abordagem poderia tornar-se num caminho prático e pragmático para eliminar a dependência externa num futuro realista e não muito distante e para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos de uma forma mais sustentável.

No entanto, as rendas são apropriadas privadamente, a começar pelo facto de os grandes projectos beneficiarem de pacotes de incentivos fiscais e outros anormalmente generosos, e terminando nos vários conflitos sobre a terra e água e em torno do controlo e das opções de exploração de recursos naturais [Cambaza (2009), Selemene (2009), Castel-Branco (2010b, 2009a e 2009b)]. Grandes grupos económicos nacionais começam a formar *clusters* e cadeias de valor internos ao grupo, envolvendo o controlo de bancos, infra-estruturas estratégicas de transportes e comunicações, sociedades estratégicas com grandes empresas multinacionais de exploração de minerais e investimentos imobiliários. Em muitos destes casos, as corporações nacionais, mesmo as maiores, não só usam capital-dinheiro (próprio ou crédito), mas frequentemente recorrem ao uso do capital institucional (acesso aos recursos minerais, ac-

so às instituições, tráfico de influências e alianças com poder político para escolher e penetrar em áreas estratégicas com posições fortes de negociação). Portanto, o Estado, neste caso, funciona como facilitador da acumulação privada e intermediário entre diferentes grupos de capitalistas ou candidatos a capitalistas, em vez de como líder da acumulação e reprodução social em prol da sociedade como um todo. A burguesia nacional emergente acumula como intermediária entre os recursos naturais e as multinacionais, entre a ajuda externa e o investimento público-privado em infra-estruturas, entre a banca e a especulação imobiliária.

Criativamente, o Estado moçambicano apoia o processo de acumulação capitalista primitiva de duas formas. Por um lado, estrutura o controlo da propriedade dos recursos, activos e trabalho a favor das oligarquias financeiras emergentes (tal como foi descrito anteriormente), incluindo pela criação da possibilidade de privatizar as rendas dos recursos naturais sociais e as acções do Estado nas empresas mineiras. Por outro lado, com recurso à ajuda externa fornece serviços sociais básicos e infra-estruturas ligadas com os grandes projectos sem ter que impor custos de redistribuição social, através dos impostos, ao capital emergente e multinacional. Portanto, o Estado consegue simultaneamente construir um processo de acumulação privada livre de encargos fiscais e sociais, ao mesmo tempo que consegue minimizar tensões sociais (embora, como ilustrado pelos acontecimentos de 5 de Fevereiro de 2008 e 1-3 de Setembro de 2010, isto nem sempre seja possível) e as carências de infra-estruturas fornecendo serviços sociais e capital físico pagos com ajuda externa. Assim, levado até às suas conclusões extremas, este modelo torna a dependência externa numa necessidade estratégica para a acumulação privada de capital multinacional e doméstico com base numa economia extractiva [Castel-Branco (2010b)].

Neste contexto, o poder estabelecido permite que multinacionais que operam em Moçambique retenham cerca de um bilião de dólares por ano, não tributados, de riqueza produzida localmente, e promove a participação das oligarquias nacionais associadas a essas multinacionais na partilha desse repasto. A explicação oficial é simples: as oligarquias nacionais, que associam numa só as elites políticas e económicas [Nhachote (2010) e Castel-Branco (2010b)], são...nacionais. *Nacionalismo*, assim, justifica e legitima o padrão de acumulação desde que *nacionais* dele beneficiem – não interessa quantos, quem, nem como, nem interessa se o enriquecimento de uns contribui para o empobrecimento de outros ou se a apropriação privada dos recursos e das rendas dos recursos retira opções de futuro à maioria – e, mistificando o sentido de autenticidade africana, procura desviar a atenção do facto de o padrão de acumulação dominante ser controlado e direccionado pelo grande capital multinacional (ainda que associado a elites nacionais), o qual poderá também vir a ditar o financiamento e a estratégia da despesa pública [Tutashinda (1978), Castel-Branco (2010b)].

O poder estabelecido argumenta que o capital multinacional (controlado por empresas cujos lucros anuais são duas a três vezes superiores ao tamanho da economia de Moçambique) precisa de incentivos fiscais para ter vontade de gerar mais capital sobre o qual não pode pagar impostos para poder gerar mais capital (e assim por diante), o que é desmentido pela evidência [Bolnick (2009)]. Mas, por outro lado, os empregados, desempregados, sub empregados, mal empregados, informalmente empregados ou informalmente

desempregados, sem esperança de emprego e outros “miserabilistas” do género devem ter paciência porque os preços do pão são culpa da crise económica internacional que afecta a todos (mas da qual apenas o capital tem que ser salvo, por via de subsídios e incentivos e sem necessidade de recorrer a manifestações de rua), ou têm como alternativa gerar o seu próprio emprego (e se o auto-emprego não funcionar, será mais uma evidência da inferioridade cultural dos pobres que, segundo o discurso político, preferem esperar que alguém lhes dê emprego em vez de tentarem ficar ricos por via do auto-emprego)!

Dicotomia riqueza/pobreza – mas quem controla o trabalho e seus frutos?

Em oposição aos discursos sobre o combate à pobreza, está emergindo um outro discurso que enfatiza a produção de riqueza. O argumento é simples: mais riqueza aumenta o cesto de recursos disponíveis para a sociedade como um todo, incluindo para os mais pobres. Por sua vez, se os pobres abandonarem a sua cultura miserabilista que os levou à pobreza e os mantém lá (segundo o discurso Presidencial corrente) e trabalharem arduamente, não só podem tirar benefício do cesto de recursos como podem adicionar riqueza a esse cesto.

Este discurso, concorde-se ou não com ele, reflecte a tensão real e profunda entre distribuição e acumulação de capital que resulta da discussão das dinâmicas de produção e de distribuição isoladas umas das outras (a associação da componente “cultura miserabilista” a este modelo tem uma função puramente ideológica para explicar por que é que a produção de riqueza não necessariamente reduz a pobreza – porque os pobres são incompetentes). Como é que as pressões e dinâmicas distributivas se relacionam com as pressões e dinâmicas de acumulação de capital? Como é que o fluxo de recursos na economia (ajuda externa, despesa pública, investimento privado) e as instituições económicas (legislação, políticas, dinâmicas corporativas e organização social da produção) podem ser consistentes com as pressões e dinâmicas distributivas e de acumulação de capital?

Portanto, está sendo criada uma dicotomia entre *combater a pobreza absoluta e gerar riqueza*. Terá, esta dicotomia, algum sentido real? Será que os conceitos *pobreza* e *riqueza* fazem sentido fora da análise de relações de classe, poder e conflito no quadro de padrões específicos de acumulação, distribuição e reprodução económica e social? Será que a pergunta “*combater a pobreza ou gerar riqueza?*” é útil e esclarecedora para fazer opções e análise de política pública? Será que a escolha que Moçambique tem que enfrentar é entre *produzir mais riqueza* (ou fazer a economia crescer mais depressa) **ou** *combater a pobreza* (ou distribuir melhor)? Não serão *pobreza* e *riqueza* duas dimensões política e socialmente definidas do mesmo processo de acumulação, distribuição e reprodução, de tal modo que ambas são geradas não só em simultâneo mas em relação orgânica e dinâmica uma com a outra dado que os padrões económicos que geram riqueza para uns geram a pobreza de muitos? Ao invés de centrar a atenção meramente em observar, registar e descrever as taxas de va-

riação da pobreza e da economia, não será mais importante e fundamental focar a análise sobre as bases políticas, sociais e económicas desta simultaneidade e relação orgânica e dinâmica e sobre as relações de poder delas derivadas, através da análise continuada, sistemática e detalhada das dinâmicas do padrão de acumulação?

No fim, o trabalho e seus frutos pertencem a quem controla o trabalho [Marx (1983), Fine and Saad-Filho (2010)]. Portanto, a solução do problema da pobreza implica não só trabalhar mais, mas provavelmente requer, sobretudo, a transformação das relações de produção de tal modo que o trabalho beneficie quem trabalha e quem necessita e a riqueza, gerada numa base alargada e democrática, seja retida e distribuída mais equitativamente.

Na primeira parte desta secção, o argumento incidiu sobre aspectos teóricos e de lógica analítica, tendo sido argumentado que a dicotomia entre produção de riqueza e redução da pobreza é falsa e que riqueza e pobreza são duas dimensões do mesmo padrão de acumulação, orgânica e simultaneamente relacionadas uma com a outra.

Uma breve análise de dados empíricos recentes sobre Moçambique torna mais claros e definitivos alguns dos argumentos discutidos anteriormente.

Dados recentemente divulgados pelo Governo de Moçambique sobre a evolução da pobreza [DNEAP (2010)] indicam que o acesso da população a bens duráveis e a serviços públicos (educação e saúde) melhorou no período 2002-03/2008-09. O mesmo estudo indica que a pobreza medida pelo consumo piorou no mesmo período (tabela 1 e gráfico 1). O nível de desigualdade medido pelo coeficiente de Gini manteve-se estável, tal como se manteve a desnutrição crónica.

A análise dos dados da tabela 1 (e do gráfico 1) mostra o seguinte. Primeiro, as variações de níveis de pobreza são, em alguns casos, improváveis. Por exemplo, na província de Sofala, os níveis de pobreza reduziram em 51,8% entre 1996-97 e 2002-03, e aumentaram 21,9% entre 2002-03 e 2008-09. Zambézia, Cabo Delgado e Manica também sofrem variações grandes em direcções opostas, embora não tão grandes como as de Sofala. Embora seja de considerar a possibilidade de tais variações tão fortes em direcções opostas em apenas 14 anos, é também de considerar a probabilidade de erro estatístico ou de os dados captarem situações específicas após choques (cheias, secas, súbita subida ou descida de preços). Os inquéritos são como fotografias tiradas num momento. Logo, comparar um inquérito com outro é o mesmo que comparar duas fotografias tiradas com seis ou sete anos de intervalo. Portanto, os números não são tão absolutos e categóricos como podem parecer.

Segundo, ao nível nacional a percentagem de população vivendo em condições de pobreza aumentou ligeiramente em relação a 2002-03 (0,6%). Embora esta variação se situe dentro da margem de erro da amostra, é certo e significativo que a pobreza não reduziu. A meta do Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) 2006-2010 era reduzir a percentagem da população vivendo em condições de pobreza até 45%. Isto é, previa-se que entre o Inquérito dos Orçamentos Familiares (IOF) 2008-09 e o Inquérito dos Agregados Familiares (IAF) de 2002-03, os níveis de pobreza reduzissem em nove pontos percentuais. Em vez dessa previsão, os níveis de pobreza subiram ligeiramente.

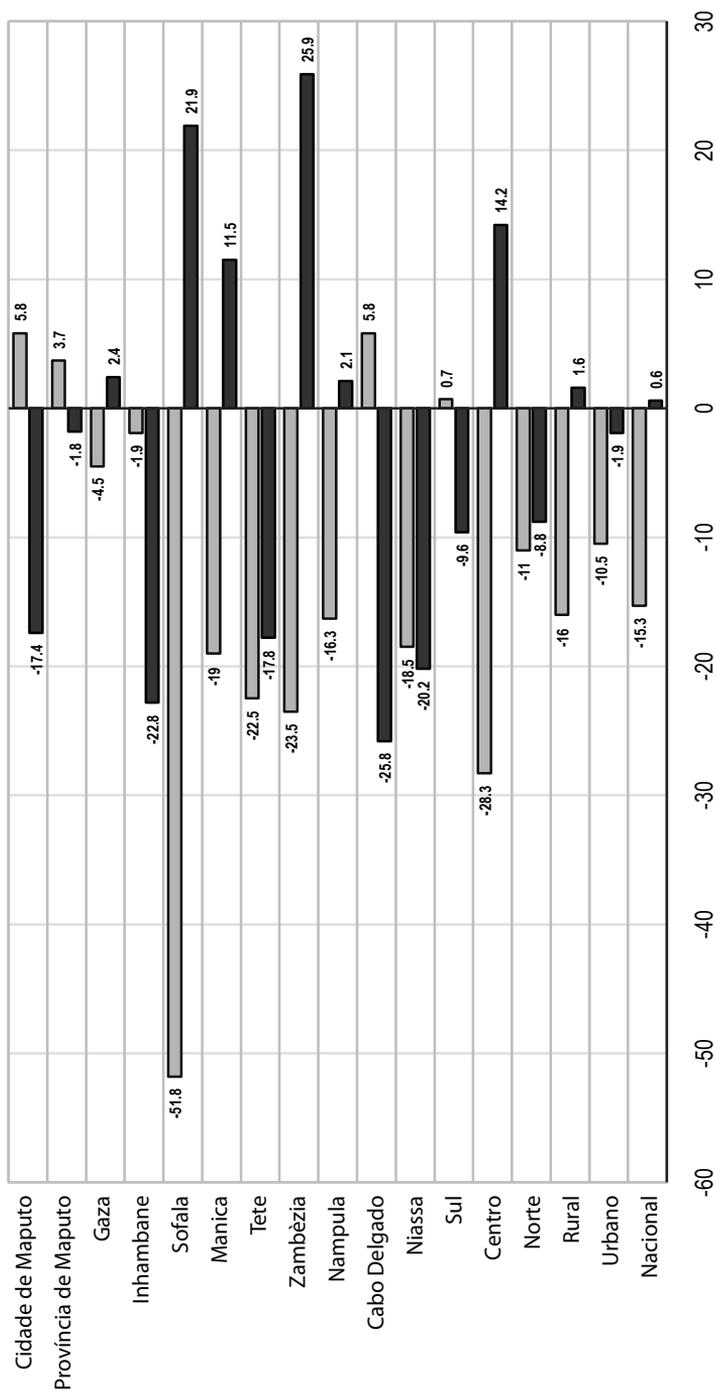
Tabela 1: Dados dos dois inquéritos aos agregados familiares (IAF 1996-97 e IAF 2002-03) e do inquérito ao orçamento familiar (IOF 2008-09) sobre a pobreza em Moçambique

| | % da população pobre | | | Evolução da % da população pobre entre os períodos dos 3 inquéritos | |
|---------------------|----------------------|-------------|-------------|---|-------------------|
| | IAF 1996-97 | IAF 2002-03 | IOF 2008-09 | 1996-97 a 2002-03 | 2002-03 a 2008-09 |
| Nacional | 69,4 | 54,1 | 54,7 | -15,3 | 0,6 |
| Urbano | 62 | 51,5 | 49,6 | -10,5 | -1,9 |
| Rural | 71,3 | 55,3 | 56,9 | -16 | 1,6 |
| Norte | 66,3 | 55,3 | 46,5 | -11 | -8,8 |
| Centro | 73,8 | 45,5 | 59,7 | -28,3 | 14,2 |
| Sul | 65,8 | 66,5 | 56,9 | 0,7 | -9,6 |
| Niassa | 70,6 | 52,1 | 31,9 | -18,5 | -20,2 |
| Cabo Delgado | 57,4 | 63,2 | 37,4 | 5,8 | -25,8 |
| Nampula | 68,9 | 52,6 | 54,7 | -16,3 | 2,1 |
| Zambézia | 68,1 | 44,6 | 70,5 | -23,5 | 25,9 |
| Tete | 82,3 | 59,8 | 42 | -22,5 | -17,8 |
| Manica | 62,6 | 43,6 | 55,1 | -19 | 11,5 |
| Sofala | 87,9 | 36,1 | 58 | -51,8 | 21,9 |
| Inhambane | 82,6 | 80,7 | 57,9 | -1,9 | -22,8 |
| Gaza | 64,6 | 60,1 | 62,5 | -4,5 | 2,4 |
| Província de Maputo | 65,6 | 69,3 | 67,5 | 3,7 | -1,8 |
| Cidade de Maputo | 47,8 | 53,6 | 36,2 | 5,8 | -17,4 |

Fonte: DNEAP (2010)

Terceiro, enquanto a pobreza urbana reduziu 1,9% em sete anos, a pobreza rural aumentou 1,6%. Qualquer um destes dados tem pouco significado estatístico em si, pois mostra variações muito marginais ao longo do período. No entanto, estes dados mostram categoricamente que a estratégia política aparentemente virada para as zonas rurais [incluindo as presidências abertas, o fundo de iniciativa local (ou “sete milhões”), o foco no distrito rural como base do desenvolvimento, etc.] não está a resultar em redução da pobreza rural. Esta conclusão é, também, confirmada pelas estatísticas de produção agrícola discutidas mais adiante.

Gráfico 1: Evolução da percentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza de consumo entre 1996-97/2002-03 e 2002-03/2008-09



■ 1996-97 a 2002-03 ■ 2002-03 a 2008-09

Fonte: DNEAP (2010)

Quarto, uma análise da variação da pobreza por província mostra que em cinco das onze províncias se registou, nos últimos sete anos, um claro aumento da pobreza de consumo, e estas cinco províncias são essencialmente agrárias. Os índices de pobreza de consumo na Província da Zambézia e na Província de Maputo em 2008-09 são mais elevados do que eram em 1996-97, embora os da Província de Maputo sejam mais baixos do que em 2002-03.

Quinto, a magnitude da variação ilustrada pelos dados nem sempre é razoável e provavelmente inclui erros estatísticos e de método (como já foi referido acima), mas a direcção da variação é consistente com vários outros inquéritos. Por exemplo, as estatísticas de produção agrária mostram que nos últimos sete anos a produção alimentar cresceu 13,8%. Isto significa que a produção alimentar cresceu a uma média anual de 1,8%, o que é claramente inferior à taxa de crescimento da população (2,6% ao ano). A produtividade por hectare reduziu durante o período em 15%, e a produção de calorias por pessoa reduziu, no período, em 6,3% [DNEAP (2010)].

Tabela 2: Comparação das taxas de crescimento do PIB e das taxas de redução do índice de pobreza de consumo

| | 1996-97 a 2002-03 | 2002-03 a 2008-09 | 1996-97 a 2008-09 | Média anual |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|-------------|
| Taxa de Crescimento do PIB (1) | 55% | 66% | 156% | 7,5% |
| Taxa de redução do índice de pobreza de consumo (2) | -15,3% | 0,6% | -14,7% | -1% |
| Eficácia do PIB a reduzir pobreza [=(2)/(1)] | -0,28% | 0,01% | -0,1% | - |

Fontes: DNEAP (2010), Castel-Branco (2010b).

A tabela 2 compara o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a evolução do índice de pobreza de consumo desde 1996-97. O objectivo desta tabela é calcular a eficácia do crescimento do PIB a reduzir a pobreza do consumo, o que é atingido dividindo a variação do índice de pobreza pela variação do PIB para cada período. O valor obtido indica por quanto é que a pobreza reduz cada vez por cada vez que o PIB cresce por 1%. Os dados são categóricos: enquanto o PIB cresceu em média 7,5% ao ano nos 13 anos em análise, o índice de pobreza de consumo diminuiu apenas 1%. No período iniciado logo a seguir à guerra, 1996-97/2002-03, a eficácia do crescimento do PIB a reduzir pobreza foi a mais alta: por cada 1% de crescimento do PIB, a pobreza reduziu 0,28% (o PIB precisava de crescer 3,6% para a pobreza reduzir 1%). Este período coincidiu, obviamente, com os “dividendos da paz”. Isto é, a pobreza era muito alta e acções simples como o retorno dos refugiados, a desmobilização de mais de cem mil soldados, o início de actividades produtivas simples, os programas especiais de infra-estruturas e de reinserção social e a ajuda alimentar tiveram um impacto muito significativo na redução dos níveis de pobreza herdados da guerra. No período seguinte a análise, 2002-03/2008-09, os “dividendos da paz” eram muito mais

suave que no período anterior, e isto coincide com a drástica redução da eficácia do crescimento económico em reduzir pobreza. Aliás, neste segundo período a pobreza aumentou ligeiramente, pelo que para cada 1% de crescimento do PIB a pobreza aumentou 0.01%. Se esta relação se mantiver, quando mais a taxa de crescimento do PIB acelerar mais a pobreza aumentará. Para os 13 anos em análise, a eficácia do crescimento económico em reduzir pobreza foi muito baixa (cada vez que o PIB cresce 1% a pobreza reduz 0,1%, ou seja o PIB tem que crescer 10% para a pobreza reduzir 1%).¹

Sobre os livros da II Conferência do IESE

A temática da II Conferência do IESE, *“Padrões de acumulação económica e dinâmicas da pobreza em Moçambique”*, situou-se no contexto deste debate. Especificamente, a conferência investigou e debateu três questões: padrões de acumulação económica e desafios de industrialização; abordagens e experiências de protecção social e sua relação com padrões de acumulação e reprodução; e vulnerabilidade, pobreza, desigualdade e processos políticos.

Desta Conferência resultaram três livros que, no seu conjunto, abordam a totalidade destas problemáticas, nomeadamente o padrão de acumulação económica, a pobreza, desigualdade e vulnerabilidades associadas a esse padrão, e os desafios de segurança e protecção social [Brito, Castel-Branco, Chichava e Francisco (orgs.) (2010a, 2010b e 2010c)]. Cada um destes temas continua em processo de investigação. A análise foi avançada mas sobre muitas das questões chave deste debate existem apenas hipóteses e linhas de investigação. Portanto, cada um dos artigos e temas abordados nestes três livros pode ser visto como um ponto de partida para futura investigação.

O livro *“Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique”* contém sete artigos. Este livro analisa os padrões de industrialização como proxy para a compreensão mais geral dos padrões de acumulação económica em Moçambique e discute como é que estes padrões são estruturados pela natureza extractiva da economia. *Economia extractiva* é uma metodologia de análise do modo de acumulação capitalista primitiva em Moçambique e inclui quatro componentes fundamentais: (i) a economia não processa o que produz, exporta o que produz mas em forma primária, e importa o que consome em forma processada; (ii) por consequência, os mercados domésticos, as ligações internas e as potenciais

¹ Esta análise quantitativa modifica a análise feita em Castel-Branco 2010b e 2010c. Nestes artigos, em face da ausência persistente de dados oficiais, e usando ponderação na análise da informação que então vinha sendo tornada disponível, concluiu-se que o índice de pobreza de consumo tinha reduzido, embora não de acordo com a meta do PARPA 2006-2010. Os dados agora disponibilizados pela DNEAP (2010) através de uma apresentação power point para doadores mostra claramente que a pobreza não reduziu. Embora nos artigos de Castel-Branco mencionados acima já se mostrasse um drástica redução da eficácia do crescimento económico em reduzir a pobreza, com os novos dados a magnitude dessa redução é muito mais dramática.

dinâmicas de substituição de importações não se desenvolvem, nem as exportações se diversificam; (iii) as classes capitalistas domésticas desenvolvem-se em torno de rendas improdutivas obtidas através da negociação de recursos naturais (terra, água, florestas, recursos pesqueiros e minerais) com capital estrangeiro, e aplicam essas rendas na aquisição e negociação de mais recursos naturais, em propriedade e especulação imobiliária ou no sector financeiro e na infra-estrutura de comunicação e transporte. Estas aplicações de capital são feitas numa perspectiva de especulação financeira, facilitação do investimento em extracção de recursos naturais e ligações com o *hinterland*, reforçando assim a dependência em relação ao grande capital internacional e às dinâmicas dominantes de acumulação em vez promover a diversificação e articulação produtiva; e (iv) as vulnerabilidades, fraquezas estruturais e padrões de distribuição da economia mantêm-se e reproduzem-se ainda que a economia cresça aceleradamente. A *economia extractiva* pode gerar dinâmicas de crescimento acelerado mas com a produção, comércio, mercados, qualificações, acumulação e distribuição estruturalmente concentrados, com fracas ligações, dependentes e vulneráveis.

Os primeiros dois artigos do livro são focados na caracterização deste modo de acumulação, com recurso extensivo à estatística nacional. Os restantes cinco artigos são focados nos desafios de mudança, com ênfase nos desafios da produtividade, diversificação e emprego. Estes artigos discutem finanças e mercados internacionais no contexto de globalização; desafios do desenvolvimento tecnológico – incluindo um artigo com estudos de caso sobre tecnologias específicas e outro, numa óptica antropológica, sobre comunicação móvel em Inhambane; desafios da produtividade agrícola em África; e, finalmente, um artigo sobre emprego rural decente e investimento directo estrangeiro baseado num estudo de caso sobre o algodão em Morrumbala.

O livro *“Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique”* contém sete artigos, dos quais dois discutem o discurso político oficial sobre pobreza com base na análise de discursos do Chefe de Estado moçambicano. Desta análise ressaltam dois aspectos fundamentais a saber: (i) que o discurso político não define nem problematiza *“pobreza”*, referindo apenas em termos gerais a necessidade de *“combate à pobreza”*, o que limita a definição deste combate aos preconceitos e pressupostos de momento e circunstância; (ii) que o discurso político enfatiza a mentalidade miserabilista (cultura ou mentalidade dos pobres) como causa central da pobreza, ao mesmo tempo que promove a ideia do enriquecimento pessoal. Os restantes artigos abordam várias dimensões da problemática da pobreza, discutindo factores estruturais, sociais e políticos, nomeadamente: a governação local (com um estudo de caso de Gorongosa), a informalidade, a vulnerabilidade, a desigualdade e o *nexo* entre desenvolvimento da pobreza rural e a questão da terra (com um estudo de caso da África do Sul). Estes artigos demonstram que, ao contrário do discurso político oficial que responsabiliza a cultura miserabilista dos pobres pela pobreza, esta, a pobreza, tem raízes objectivas nas estruturas e dinâmicas políticas e económicas de acumulação, distribuição e reprodução que são historicamente construídas.

O livro *“Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique”* equaciona diferentes abordagens e debates sobre protecção social no contexto dos padrões de acumulação em Moçambique. O livro contém oito artigos que discutem o enquadramento institucional e económico da protecção social em Moçambique; a protecção social vista do prisma de dinâmicas de acumulação e reprodução do emprego, com um artigo sobre associativismo e emprego rural feminino em Chókwè e outro sobre a aplicação das transferências do trabalho migratório em Massinga; e a problemática dos subsídios e transferências com base na experiência do programa de subsídios aos alimentos e transferências para grupos sociais específicos. O livro levanta uma questão de fundo para orientar futura investigação sobre protecção social, nomeadamente como é que as vulnerabilidades sociais estão ligadas aos padrões de acumulação. Esta questão conduz a outras: se protecção social se deve circunscrever a subsídios para grupos específicos; qual é a sustentabilidade e o custo/benefício social destes subsídios dirigidos; se existem experiências e opções alternativas que relacionem protecção social com a promoção simultânea da produção e do consumo (e, portanto, do emprego decente e sustentável); como é que as estruturas, as dinâmicas e as relações formais e informais dos mercados de capital, bens e serviços e de trabalho afectam e são afectadas pelas vulnerabilidades sociais e económicos, e que impacto têm nas opções de protecção social. Segurança social é um direito humano. Protecção social, nas suas várias modalidades e formas, é um contributo para alcançar segurança social. Mas em que medida é que as relações, pressões, tensões e conflitos sociais, políticas e económicas agem contra esse direito de forma sistemática, e em que medida é que, nesse contexto, é possível sustentar protecção social e garantir a sua amplitude e eficácia?

Como já foi mencionado, estes livros são contributos para uma reflexão nacional, sistemática e informada sobre desafios e tensões em torno do desenvolvimento nacional. Esta reflexão já começa a ir para além do curto prazo e para além da procura de soluções de impacto imediato e amaciador antes de estarem colocadas as questões e problematizados os desafios. Conseguir ir para além do aparente, esse parece ser o caminho e deve ser o papel da investigação social e económica.

Referências

- Benfica, R. (2003). *Agricultural and Agro-Industrial Investment Strategies, Broad-based Income Growth and Poverty Reduction in Rural Mozambique: A Regional Economy-wide approach*. Michigan State University.
- Benfica, R. (1998). *An Analysis of the Contribution of Micro and Small Enterprises to Rural Household Income in Central and Northern Mozambique*. Michigan State University.
- Bolnick, B. (2009). *Investing in Mozambique: the role of fiscal incentives*. USAID: Maputo.

- Brito, L. (2010). "Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais." In L. Brito, C.N. Castel-Branco; S. Chichava e A. Francisco (orgs.). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. IESE: Maputo.
- Brito, L., C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). (2010a). *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. IESE: Maputo.
- Brito, L., C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). (2010b). *Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique*. IESE: Maputo.
- Brito, L., C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). (2010c). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. IESE: Maputo.
- Bucuane, A. e P. Mulder (2007a). "Avaliação de opções de um imposto de electricidade para mega projectos em Moçambique." *DNEAP Discussion Paper* nº 37P. Ministério da Planificação e Desenvolvimento: Maputo.
- Bucuane, A. and P. Mulder (2007b). "Exploring natural resources in Mozambique: will it be a blessing or a curse?" *DNEAP Discussion paper* 54E. Ministério da Planificação e Desenvolvimento: Maputo.
- Byiers, B. (2009). "Taxation in retrospect." In C. Arndt and F. Tarp (eds.) *Taxation in a low-income economy: the case of Mozambique*. Routledge: New York.
- Cambaza, V. (2009). A terra, o desenvolvimento comunitário e os projectos de exploração mineira. *IDeIAS* nº 14 (Junho). IESE: Maputo. (Também disponível na página do IESE http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf).
- Castel-Branco, C. (2010a). "Introdução." In L. Brito, C.N. Castel-Branco; S. Chichava e A. Francisco (orgs.). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. IESE: Maputo.
- Castel-Branco, C. (2010b). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Cadernos IESE nº 1 (Julho). IESE: Maputo. (disponível através do weblink http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf).
- Castel-Branco, C. (2010c). "Economia Extractiva Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique", em Brito, L., CN Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs) *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. IESE: Maputo.
- Castel-Branco, C. (2009a). Indústria de recursos naturais e desenvolvimento: alguns comentários. *IDeIAS* nº 10 (Março). IESE: Maputo. (disponível através do link http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf).
- Castel-Branco, C. (2009b). Comentários no lançamento do relatório "Alguns desafios da indústria extractiva em Moçambique", (elaborado por Thomas Selemane e publicado pelo CIP: Maputo). (<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Comentariosde-CastelBranco-RelCIP.pdf>).
- Castel-Branco, C. (2008). O Banco Mundial e a Agricultura – uma discussão crítica do Relatório de Desenvolvimento Mundial (RDM) 2008. Mimeo. (disponível através do weblink <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Banco%20Mundial%20lanca%20relatorio%20sobre%20Agricultura.pdf>).
- Chichava, S. (2010). "Por que Moçambique é pobre? Uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza". In L. Brito, C.N. Castel-Branco; S. Chichava e A. Francisco (orgs.). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. IESE: Maputo.

- Chichava, S. (2009). Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique. *IDeIAS* nº 12 (Maio). IESE: Maputo. (http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf).
- Cramer, C., C. Oya e J. Sender (2008). "Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets." *Journal of Modern African Studies*. 46 (3) pp. 361-91.
- Dava, E. (2009). Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na Cidade de Maputo: engenhosidade ou perpetuação da pobreza? *IDeIAS* nº 17 (Junho). IESE: Maputo. (http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf).
- DNEAP (Direcção Nacional de Estudos e Análise de Política). (2010). "3ª Avaliação da Pobreza: Análise e Resultados Principais". Apresentação em power point.
- DNEAP (Direcção Nacional de Estudos e Análise de Política). (2009). Quadro macro revisto para proposta do cenário fiscal de médio prazo. (Junho). Mimeo.
- Dobb, M. (2007). *Studies in the development of capitalism*. Kessinger Publishing: London.
- Dobb, M. (1963). *Economic growth and underdeveloped countries*. Lawrence and Wishart: London.
- Fine, B. and A. Saad-Filho (2010). *Marx' Capital* (5th edition). Pluto Press: London.
- Francisco, A. e S. Amarcy (2008). Conceptualização da pobreza: mapeamento dos conceitos, índices, modelos e abordagens. (Apresentação em power point). IESE: Maputo. (http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/Projecto_Conceptualizacao%20da%20pobreza23.05.2008b.pdf).
- Francisco, A. e R. Ali (2008): Conceptualização e mapeamento da pobreza. *IDeIAS* nº 1 (Setembro). IESE: Maputo. (http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf).
- Kaldor, N. (1967). *Strategic factors in economic development*. Cornell University: Ithaca and New York.
- Kaldor, N. (1961). "Capital accumulation and economic growth". In F. Lutz (ed.). *The theory of capital*. MacMillan: London.
- Kaldor, N. (1957). "A model of economic growth". *Economic Journal* 67.
- Marx, K. (1983). *Capital: a critique of political economy*. Volume I. Lawrence and Wishart: London.
- Nhachote, L. (2010). "Indústria de mineração atrai várias figuras da nomenclatura dominante." *CIP Newsletter* nº 6, pp 6-7 (Junho). Centro de Integridade Pública (CIP): Maputo.
- Selemane, T. (2009). Alguns desafios da indústria extractiva em Moçambique. CIP (Centro de Integridade Pública): Maputo.
- Stewart, F. (1992a). "Alternative development strategies: an overview". In F. Stewart, S. Lall and S. Wangwe (eds). *Alternative development strategies in Sub-Saharan Africa*. MacMillan: London.
- Stewart, F. (1992b). "Short-term policies for long-term development." In G. Cornia, R. van der Hoeven and T. Mkandawire (eds). *Africa's recovery in the 1990's: from stagnation and adjustment to human development*. St. Martin's Press: London.
- Tutashinda, N. (1978). *As mistificações da "Autenticidade Africana"*. Cadernos Ulmeiro (Série Dois, nº 1): Lisboa.

Wuyts, M. (2004). "Module 1: Conceptualizing poverty". In O'Laughlin, B. and M. Wuyts. *Tanzania Diploma in Poverty Analysis – Module 1*. Economic and Social Research Foundation (ESRF), Research on Poverty Alleviation (REPOA) and Institute of Social Studies (ISS): Dar-Es-Salaam and The Hague.

Artigos de Jornais

O País (06-09-2010). "Governo reage à revolta popular: 46 milhões de dólares de subsídio indirecto ao pão equivalem a 10 escolas secundárias." (pp. 6). SOICO: Maputo.

Outras Publicações do IESE

Livros

Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo.

Desafios para Moçambique 2010 (2009)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Cidadania e governação em Moçambique – comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)
IESE: Maputo

Reflecting on economic questions – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)
IESE: Maputo

Southern Africa and Challenges for Mozambique – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)
IESE: Maputo

Cadernos IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta colecção substitui as séries “Working Papers” e “Discussion Papers”, que foram descontinuadas).

Nº 1: Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 2: *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?* (2010)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

Working Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Coleção descontinuada e substituída pela série "Cadernos IESE")

WP nº 1: *Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View.* (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/AidDevelopmentOwnership.pdf>

Discussion Papers

(Artigos em processo de desenvolvimento/debate. Coleção descontinuada e substituída pela série "Cadernos IESE")

DP nº 6: *Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique.* (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/DP_2009/DP_06.pdf

DP nº 5: *Mozambique and China: from politics to business.* (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf

DP nº 4: *Uma Nota Sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique* (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf

DP nº 3: *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique.* (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf

DP nº 2: *Notas de Reflexão Sobre a "Revolução Verde", contributo para um debate.* (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf

DP nº 1: *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique* (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf

IDeIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

Nº 30: *A dívida pública interna imobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental?* (2010)

Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf

Nº 29: *Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento* (2010)

Carlos Uilson Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_29.pdf

Nº 28: *Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente... que futuro?* (2010)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf

Nº 27: *Sociedade civil e monitoria do orçamento público* (2009)

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_27.pdf

Nº26: *A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique* (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_26.pdf

Nº 25: *Quão Fiável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique* (2009)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_25.pdf

Nº 24: *Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo* (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_24.pdf

Nº 23: *Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados - Cenário em Moçambique* (2009)

Sofia Amarcy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_23.pdf

Nº 22: *Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009* (2009)

Luis de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_22.pdf

Nº 21: *Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo* (2009)

Jeremy Grest

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_21.pdf

Nº 20: *Sobre a Transparência Eleitoral* (2009)

Luis de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_20.pdf

Nº 19: “O inimigo é o modelo”! Breve leitura do discurso político da Renamo (2009)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_19.pdf

Nº 18: Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_18.pdf

Nº 17: Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenharia ou perpetuação da pobreza? (2009)

Emílio Dava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf

Nº 16: A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_16.pdf

Nº 15: Protecção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf

Nº 14: A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projectos de Exploração Mineira (2009)

Virgílio Cambaza

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf

Nº 13: Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda (2009)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf

Nº 12: Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique (2009)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf

Nº 11: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_11.pdf

Nº 10: Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf

Nº 9: Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística (2009)

Rosimina Ali, Rogério Ossemane e Nelsa Massingue

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_9.pdf

Nº 8: Sobre os Votos Nulos (2009)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_8.pdf

Nº 7: Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia (2008)

Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_7.pdf

Nº 6: Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando? (2008)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_6.pdf

Nº 5: Beira - O fim da Renamo? (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_5.pdf

Nº 4: Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação, (2008)

Rogério Ossemane, Nelsa Massingue e Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_4.pdf

Nº 3: Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_3.pdf

Nº 2: Uma Nota Sobre o Recenseamento Eleitoral (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_2.pdf

Nº 1: Conceptualização e Mapeamento da Pobreza (2008)

António Francisco e Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_1.pdf

Relatórios de Investigação

Moçambique: Avaliação independente do desempenho dos PAP em 2009 e tendências de desempenho no período 2004-2009 (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemane e Sofia Amarcy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/2010/PAP_2009_v1.pdf

Current situation of Mozambican private sector development programs and implications for Japan's economic cooperation – case study of Nampula province (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue and Rogério Ossemane

Mozambique Independent Review of PAF's Performance in 2008 and Trends in PAP's Performance over the Period 2004-2008. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemane, Nelsa Massingue and Rosimina Ali.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_eng.pdf

(também disponível em versão em língua Portuguesa no link http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_port.pdf).

Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2007 (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco, Carlos Vicente and Nelsa Massingue
http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/PAPs_PAF_2007.pdf

Comunicações, Apresentações e Comentários

Comentários ao relatório “Alguns desafios da indústria extractiva”, de Thomas Selemane (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco
<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ComentariosdeCastelBranco-RelCIP.pdf>

Algumas Considerações Críticas sobre o Relatório de Auto-avaliação de Moçambique na Área da “Democracia e Governação Política”. (2008)

Luis de Brito, Sérgio Inácio Chichava e Jonas Pohlmann
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/MARP_rev_3.pdf

Estado da Nação – pontos que o Presidente da República deveria abordar no seu discurso no Parlamento Moçambicano. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Pontos_para_a_entrevista_sobre_estado_da_nacao.pdf

Os mega projectos em Moçambique: que contributo para a economia nacional? (2008)

Comunicação apresentada no Fórum da Sociedade Civil sobre a Indústria Extractiva. Maputo.
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/Mega_Projectos_ForumITIE.pdf

As consequências directas das crises no panorama nacional Moçambicano (2008)

Comunicação apresentada na IV Conferência Económica do Millennium Bim “Os efeitos das 3 crises - financeira, produtos alimentares e petróleo - sobre as economias de África e de Moçambique em particular”. 4 de Dezembro. Maputo.
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2009/Texto_BIM_2008.pdf

Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao impacto da Globalização – Notas Críticas Soltas (2007)

Comunicação apresentada na mesa redonda “Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao Impacto da Globalização”, 1º Encontro Académico Espanha-Moçambique “Estudos Africanos: Perspectivas Actuais”, 14-15 de Novembro de 2007, organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Também publicada sob o título “Os interesses do Capital em África” na revista Sem Terra, nº 49 (Março/Abril de 2009), São Paulo.
Carlos Nuno Castel-Branco
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Alternativas%20africanas_CEA_UEM.pdf

Banco Mundial e a Agricultura, Uma discussão crítica do Relatório do Desenvolvimento Mundial 2008 – Comentário crítico apresentado no lançamento do RDM 2008 em Moçambique. (2007)

Carlos Nuno Castel-Branco

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Banco%20Mundial%20lanca%20relatorio%20sobre%20Agricultura.pdf>

IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

Tematicamente, a actividade científica do IESE contribui para a análise da política pública e social e da governação, com enfoque nas problemáticas de pobreza, política e planeamento público, cidadania, participação política, governação e contexto internacional do desenvolvimento em Moçambique.

